



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

 **FUNDO DE COMPENSAÇÃO**  
DO TRABALHO

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2021



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

RELATÓRIO E CONTAS 2021



SEGURANÇA SOCIAL

**Instituto de Gestão de Fundos** 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto  
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: [igfcss@seg-social.pt](mailto:igfcss@seg-social.pt)



**DESTAQUE 4**

NÚMEROS CHAVE 9

APRESENTAÇÃO DO FCT 11

EVOLUÇÃO DO FCT 13

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 19**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 23

Contas e Relatório de Gestão Aprovados pelo  
Conselho de Gestão do FCT em 28 de abril  
de 2022.

*José Vidrigo*

## Destaque

Em 31 de dezembro de 2021, o valor da carteira do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) ascendia a 584 903 742,92€ registando, mais uma vez, um forte crescimento: 21,6% face aos 480 975 191,07€ verificados no final de 2020. O valor da unidade de participação do FCT era, em 31.12.2021, de 1,16535€, contrastando com 1,14513€ no final de 2020, a que corresponde uma rentabilidade de 1,76%.

Durante o ano de 2021, o montante das contribuições recebidas ascendeu a 182,6 milhões de euros e os reembolsos totalizaram 87,6 milhões de euros. Ocorreu uma transferência de 6,5 milhões de euros do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), nos termos previstos na alínea d) do artigo 28.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

## Os Mercados Financeiros em 2021

O ano de 2021 arrancou com a expectativa de que a vacinação contra a doença da Covid-19 permitiria o regresso à tão desejada normalidade da vida em sociedade, das economias e dos mercados financeiros. Apesar do maior conhecimento que a ciência foi construindo relativamente à doença e dos benefícios introduzidos pela vacinação, a pandemia foi perdurando no tempo, com períodos de maior incerteza e retoma de medidas de confinamento nas economias, seguidos por períodos de maior normalidade. Estes ciclos foram sendo definidos pela intensificação dos dados reportados, a nível mundial, relativamente ao número de infeções, hospitalizações e mortes. O vírus foi registando mutações, com algumas variantes a destacarem-se perante uma comprovada taxa de infeção superior, realçando-se o caso da variante Delta nos segundo e terceiro trimestres e a variante Ómicron no quarto trimestre de 2021.

Embora este tópico se tenha mantido sempre na ordem do dia, vários outros temas foram surgindo, alguns de forma inesperada, e foram condicionando a atuação dos agentes económicos, investidores e autoridades monetárias mundiais, determinando o comportamento dos mercados financeiros em 2021. O primeiro trimestre do ano, impulsionado pela vacinação e por indicadores de atividade que afirmaram a retoma das economias enquadrada em níveis de inflação que de forma controlada desenharam movimentos de subida, favoreceu um sentimento positivo nos mercados financeiros, que se materializou numa tendência de valorização dos mercados acionistas e uma tendência de subida nas yields dos títulos de dívida soberana. Para este sentimento contribuíram ainda as expectativas de anúncios de elevados estímulos fiscais por parte da Administração Biden, nos EUA. Foi durante este período que a taxa de referência do título da dívida soberana norte-americana com maturidade a 10 anos atingiu o seu nível máximo do ano, nos 1,77%.

No segundo trimestre, a subida espelhada pelos indicadores de inflação foi-se tornando mais persistente e intensa, começando a impulsionar as expectativas de reposicionamento por parte dos bancos centrais mundiais relativamente às suas políticas extremamente expansionistas

que se mantinham em vigor. Numa fase inicial, as autoridades monetárias foram mantendo os seus discursos cautelosos e reafirmando o entendimento de que as pressões inflacionistas se revelariam temporárias. Os indicadores de atividade foram estabilizando nos EUA e mantiveram-se mais animados na zona Euro (ao que se juntou a massificação da vacinação na Europa), o que justificou o comportamento diferenciado nos mercados de dívida das duas zonas económicas, com a taxa de referência do título de dívida soberana alemã com maturidade a 10 anos, a intensificar o movimento de subida e a atingir o patamar dos -7pb, apenas observado novamente e de forma momentânea durante o mês de outubro. Os mercados acionistas mantiveram, no geral, o tom positivo.

No terceiro trimestre, a confirmação da expansão da variante Delta, a deterioração dos indicadores económicos e a persistência de pressões inflacionistas fomentaram o surgimento de receios de estagflação das economias e reforçaram as perspetivas de reversão das políticas monetárias expansionistas. A acrescer a este contexto de incerteza, a China começou a evidenciar sinais de maior fragilidade económica. Os elevados níveis de endividamento culminaram numa sucessão de dificuldades no cumprimento de prazos de pagamento de cupões e dívida da empresa Evergrande, projetando receios de contágio para o restante setor de imobiliário. Adicionalmente, o governo chinês avançou na sua política de “Prosperidade Comum” anunciando sucessivas medidas de regulamentação aplicáveis aos mais variados setores da economia, imediatamente refletidas numa pressão negativa sobre os mercados acionistas locais, sobretudo em setores como o tecnológico. Os bancos centrais das economias emergentes intensificaram as decisões de subida de taxas de juro de referência para conter a escalada dos indicadores de preços. Em resultado, os mercados acionistas dos países emergentes registaram o seu pior desempenho trimestral do ano, com quedas que se aproximaram dos 10% no caso do mercado chinês, a par de desempenhos praticamente nulos nos mercados desenvolvidos de referência. Ainda durante este período, intensificaram-se as preocupações relativamente ao abastecimento de gás natural às economias importadoras desta matéria prima, nomeadamente a Europa, na antecipação do inverno. Neste contexto, o preço do futuro do gás natural atingiu o máximo no início do mês de outubro. Movimentações semelhantes verificaram-se noutras mercadorias, com o índice de *commodities* da Bloomberg a atingir níveis máximos no início do quarto trimestre.

Com as perspetivas de inflação a centrarem-se em patamares não observados nas últimas décadas, o último trimestre do ano confirmou o início da normalização das políticas monetárias implementadas nos países desenvolvidos, genericamente, na componente de medidas não convencionais (materializadas nos programas de compras de ativos) mas, também pontualmente, na componente de medidas convencionais. A este nível, o Banco de Inglaterra concretizou uma subida na sua taxa de referência no último mês do ano, a par com o Banco Central da Noruega que tinha já iniciado esse caminho durante o mês de setembro. Também no caso da Reserva Federal Norte-Americana se intensificaram as subidas antecipadas para 2022 e anos seguintes. O surgimento e alastramento da variante Ómicron durante este trimestre reintroduziu momentos de maior incerteza. No entanto, a confirmação que foi sendo feita de que

a variante representava uma maior taxa de infecção, mas menor gravidade de sintomas, acabou por reverter e acalmar os receios iniciais.

Neste panorama, os mercados acionistas encetaram mais uma tendência positiva centrada nos mercados desenvolvidos, num “rally” de final de ano que, no caso do índice norte-americano S&P 500, justificou cerca de 33% do retorno anual. Ao longo de todo o ano, assistiu-se a uma recuperação de setores que tinham estado pressionados em 2020, como o setor energético e o setor bancário (em particular na Europa). As épocas de resultados foram mantendo o apoio aos mercados acionistas, não dando sinais de reversão dos bons dados, em termos gerais, e apenas pontualmente revelando alguns sinais mais preocupantes, dados os constrangimentos da oferta resultantes dos períodos de confinamento e menor atividade económica. Ao nível do mercado cambial, apesar de alguns movimentos de maior indefinição, a tendência manteve-se depreciativa para a moeda europeia, em particular quando comparada com as moedas de países cujos bancos centrais se foram revelando mais pró-ativos na normalização das suas políticas monetárias, como a Reserva Federal dos EUA e o Banco de Inglaterra. Em resultado, os índices acionistas norte-americano e inglês acentuaram os seus retornos positivos, quando convertidos para euros. Em contraciclo, o iene japonês depreciou relativamente à moeda europeia, perante a evidência de um banco central mais atrasado no ciclo de normalização, retirando algum retorno do índice local após conversão para euros.

Ao nível dos mercados de dívida governamental, a movimentação global foi no sentido de subida de *yields* e descida de preços, perante as referidas pressões inflacionistas e normalização das políticas monetárias. Em consequência, os retornos desta classe de ativos foram negativos nos mercados desenvolvidos acompanhados. A persistência de níveis baixos de taxas monetárias na zona Euro manteve a incorporação de um custo na realização de coberturas cambiais dos investimentos em moedas estrangeiras, gerando um retorno ainda mais negativo no caso dos índices com cobertura cambial quando comparados com os índices em moeda local.

**TABELA 01** | RENTABILIDADES MERCADOS FINANCEIROS

	Taxa média em 2021	Rentabilidade 2021	
Taxa EONIA	-0.483%		
<b>Obrigações Soberanas (Rentabilidade Bruta)</b>		<i>Superior a 1 ano</i>	
Índice obrigações soberanas Zona Euro		-3.41%	
Índice obrigações soberanas EUA (moeda local)		-2.38%	
Índice obrigações soberanas EUA (euros com cobertura cambial)		-3.24%	
<b>Ações (Rentabilidade Líquida)</b>		<i>Moeda Local</i>	<i>Euros</i>
Zona Euro (Eurostoxx50)		23.34%	23.34%
EUA (S&P500)		28.16%	37.60%
Reino Unido (Ftse100)		18.40%	26.05%
Japão (Topix)		12.38%	9.40%

Fonte: Bloomberg.

## O Fundo de Compensação do Trabalho

Ao longo do ano de 2021, o FCT manteve uma dinâmica positiva de crescimento, com a sua carteira a registar um aumento nos ativos sob gestão de um montante de cerca de 480 milhões de euros, em dezembro de 2020, para um montante próximo dos 585 milhões de euros, em dezembro de 2021. Durante o ano em causa, procedeu-se a um alargamento do espetro de maturidades incluídas na carteira de dívida soberana, com a inclusão de toda a curva de rendimentos.

A rentabilidade do Fundo, no ano de 2021, foi de 1,76%, gerando um valor acrescentado de cerca de 1,37% face ao benchmark definido, que observou uma rentabilidade de cerca de 0,38%. Para o *excess return* obtido contribuíram vários fatores, de entre os quais o desempenho positivo da componente de ações e a gestão das aplicações monetárias, bem como a transferência providenciada pelo FGCT.

## Atividade do Conselho de Gestão

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão, presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros nomeados para o Conselho de Gestão são os seguintes:

**TABELA 02** | MEMBROS DO CONSELHO DE GESTÃO

Instituição	Nome	Representação
Ministério das Finanças	Amílcar Theias	Efetivo
Emprego	Rui Abreu	Efetivo
Segurança Social	Ana Vasques	Efetivo
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira	Efetivo
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Jorge Seabra	Suplente
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais	Efetivo
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Ana Filipa Ferreira	Suplente
Confederação do Turismo de Portugal - CTP	Nuno Bernardo	Efetivo
Confederação do Turismo de Portugal - CTP	António Abrantes	Suplente
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa	Efetivo
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	Nuno Biscaya	Suplente
CGTP-IN	Andrea Isabel Araújo Silva	Efetivo
CGTP-IN	Rui Manuel Hígino José	Efetivo
CGTP-IN	Fernando Manuel Pires Marques	Suplente
CGTP-IN	Catarina Machado Morais de Oliveira	Suplente
UGT	Joaquim José Mendes Dias	Efetivo
UGT	Sérgio Alexandrino do Monte	Efetivo
UGT	Ana Paula Silva Viseu	Suplente
UGT	Dina Teresa da Conceição Botelho Ferreira Carvalho	Suplente

Durante o exercício de 2021, realizaram-se quatro reuniões do Conselho de Gestão (6 de abril, 31 de maio, 8 de setembro e 15 de novembro).

Para além da análise regular da carteira do FCT, nomeadamente da respetiva composição e rentabilidade, bem como da apreciação das estatísticas relativas à evolução do sistema (adesões, número de contratos, montante de entregas, dívidas, reembolsos, etc.) – matérias abordadas em todas as reuniões -, há ainda a destacar os seguintes temas:

- ✓ Discussão e aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2020 (6 de abril);
- ✓ Discussão e aprovação de proposta de alteração do *benchmark* da carteira do FCT (8 de setembro);
- ✓ Discussão e aprovação de proposta de pagamento de despesas com referências multi-banco de 2020 (8 de setembro);
- ✓ Discussão e aprovação de proposta de renovação de contrato com fiscal único do FCT (15 de novembro);
- ✓ Discussão e aprovação de proposta de Plano de Atividades para 2022 (15 de novembro);
- ✓ Iniciou-se, ainda, a discussão de uma proposta de revisão do regulamento interno do Conselho de Gestão do FCT (15 de novembro), a qual foi concluída já em 2022.

### **Nota Adicional – COVID 19**

O surto da doença da Covid-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país, tendo sido declarado o primeiro Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Atendendo ao tipo de atividade desenvolvida pelo Instituto e à reduzida dimensão do seu quadro de pessoal, o recurso ao teletrabalho permitiu durante 2021 assegurar a continuidade da operação em condições próximas da normalidade. O agravamento da situação geral do país registado na parte final de 2020 e no início de 2021 não trouxe, por isso, constrangimentos adicionais suscetíveis de pôr em causa o seu funcionamento.

# Números Chave

## Evolução do Fundo

Em 2021, o valor da carteira do FCT aumentou 21,6%, passando de 480 975 191,07€, a 31.12.2020, para 584 903 742,92€<sup>1</sup>, no final de 2021. Esta evolução é reflexo do crescimento contínuo do número de contratos de trabalho ativos<sup>2</sup> (2 216 990 contratos no final de 2021 contra os 1 994 800 no final de 2020, um crescimento de 11%), do aumento do número médio de contratos com entregas pagas no ano (mais cerca de 102 mil contratos face a 2020), bem como de um aumento de superior a 4,6% no valor médio da entrega mensal (8,37€ contra os 8,00€ verificados em 2020).

A conjugação dos fatores acima identificados conduziu a um crescimento de 12,3% no volume de entradas de fundos (182 607 666,47€ em 2021, face aos 162 573 947,47€ de 2020<sup>3</sup>). O volume de reembolsos e devoluções<sup>4</sup> pagos aos empregadores na sequência da cessação de contratos de trabalho aumentou 70%, passando de 51 680 876,28€ em 2020 para 87 639 434,99€ em 2021 (87,2 milhões de euros referentes a reembolsos e 0,4 milhões de euros respeitantes a devoluções). Este significativo aumento ficou a dever-se a um problema de natureza informática, que impediu o pagamento de reembolsos durante praticamente todo o último trimestre de 2020. Em finais de janeiro de 2021 viriam a ser pagos reembolsos num valor próximo dos 19 milhões de euros. Como consequência, as entradas líquidas de dinheiro para o fundo registaram uma evolução fora do normal, tendo diminuído cerca de 14% (94 968 231,48€ em 2021, contra 110 893 071,19€ de 2020).

## Capitais Próprios

No final de 2020, os capitais próprios do FCT ascendiam a 626 115 999,07€, representados por ativos distribuídos conforme o quadro seguinte, contra 513 178 134,15€ em 2020.

**TABELA 03** | CAPITAIS PRÓPRIOS DO FCT

	31-12-2021	31-12-2020
<b>ATIVO</b>		
Carteira de títulos	254 357 077,40	186 142 989,85
Disponibilidades	329 622 232,93	293 938 817,63
Terceiros	44 834 526,62	35 593 603,55
Acréscimos e diferimentos	1 528 382,37	1 645 510,44
Total	630 342 219,32	517 320 921,47
<b>PASSIVO</b>		
Terceiros	3 644 124,02	3 400 837,55
Acréscimos e diferimentos	582 096,23	741 949,77
Total	4 226 220,25	4 142 787,32
Capitais Próprios	626 115 999,07	513 178 134,15

<sup>1</sup> No final de 2021 o valor subjacente a contratos cessados e não reembolsados ascendia a cerca de 84,5 milhões de euros.

<sup>2</sup> Número acumulado de contratos registados, líquidos de contratos cessados.

<sup>3</sup> Não inclui despesas administrativas cobradas aos empregadores e transferências provenientes do FGCT.

<sup>4</sup> As devoluções decorrem da anulação de contratos para os quais tenham sido efetuadas entregas.

## Rentabilidade

Em 31.12.2021, existiam 501 909 329,61507 unidades de participação do FCT em circulação, sendo o seu valor unitário de 1,16535€. A taxa de rentabilidade dos ativos representativos da carteira do FCT foi de 1,76%<sup>5</sup>, face aos 2,56% registados em 2020.

Deve atender-se, contudo, ao facto de o regime previsto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, determinar a realização de entregas mensais pelos empregadores ao FCT no valor correspondente a 0,925% do abonado aos seus trabalhadores a título de vencimento base e diuturnidades. Deste modo, o empregador que tenha mantido um montante constante de entregas entre janeiro e dezembro de 2021, obteve uma valorização dessas entregas de 1,91%.

---

<sup>5</sup> Para esta rentabilidade contribuiu a transferência de cerca de 6,5 milhões de euros de saldos excedentários do FGCT, realizada ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Sem este contributo a taxa de rentabilidade seria de 0,47%.

# Apresentação do FCT

## Estatuto Legal

O FCT, aprovado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 210/2015, de 25 de setembro, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídas do âmbito da aplicação da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho com duração igual ou inferior a 2 meses.

A entidade gestora do FCT é, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS,IP).

A Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro estabelece a regulamentação relativa aos procedimentos de operacionalização do funcionamento do FCT, em concreto no que respeita às relações entre os empregadores e o fundo.

O Regulamento de Gestão do FCT (Regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro) foi aprovado pelo respetivo conselho de gestão e determina as regras fundamentais do funcionamento do FCT, nomeadamente os princípios a que deve obedecer a sua gestão que visa, em primeiro lugar, a preservação do valor nominal das entregas dos empregadores. Em 27 de junho de 2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 22.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e através do Aviso n.º 7138/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho, foram introduzidas alterações aos seus artigos 5.º, 7.º, 12.º e 20.º.

## Limites de Investimento

Os principais limites de investimento da carteira do Fundo de Compensação do Trabalho são os seguintes:

- ✓ Liquidez – mínimo 30%
- ✓ Dívida Privada – máximo 20%
- ✓ Ações – máximo 15%
- ✓ Fundos de Investimento – máximo 10%
- ✓ Ativos não denominados em Euros – máximo 10%

O perfil de risco é prudente e em conformidade com regras de segurança, rendibilidade, diversificação e liquidez, previstas no artigo 6.º do Regulamento de Gestão.

## Objetivos da Política de Investimento

A política de investimento do FCT assentou inicialmente num modelo de alocação dinâmica, nos termos do qual é fixado o nível de indexação ao índice compósito (*benchmark*) EONIA (50% peso até 31 de maio de 2019; 46% peso desde 1 de junho de 2019), índice de dívida governamental da Alemanha (50% peso até 31 de maio de 2019; 46% peso desde 1 de junho de 2019) e índice de ações (8% peso desde 1 de junho de 2019), o qual pode variar entre 50% e 100%.

O regulamento de gestão do FCT definia os 3 anos como a maturidade máxima dos instrumentos de dívida, pelo que no *benchmark* se considerava a dívida pública alemã com maturidade 1-3 anos.

A partir de 01.11.2017, atendendo aos condicionalismos e impacto da indexação ao índice da dívida governamental alemã com maturidade reduzida, e na sequência de alteração ao Regulamento de Gestão, que eliminou o limite de 3 anos para a maturidade da dívida, o Conselho de Gestão do FCT decidiu proceder à alteração do *benchmark*, passando o compósito a ter em conta o índice de dívida governamental da Alemanha 1-10 anos.

Finalmente, a partir de 30.11.2021, o *benchmark* é novamente alvo de redefinição pelo Conselho de Gestão, substituindo-se o índice de Dívida Governamental da Alemanha (1-10 anos) pelo Índice de Governos Zona Euro (superior a 1 ano).

A gestão do FCT tem como objetivo uma gestão eficaz do perfil de risco extremamente conservador do Fundo de Compensação do Trabalho. Para operacionalizar este objetivo é definido como indicador de desempenho o rácio entre a valorização do FCT e o referido índice compósito, ou seja, é objetivo da gestão maximizar o *funding ratio* do FCT.

## Processo de Tomada de Decisão

Em cada trimestre, em regra no seu início, o Conselho Diretivo da entidade gestora, ouvido o Comité de Investimento (CI), fixa, em função da evolução expetável dos diferentes mercados relevantes, o nível de indexação desejado ao índice compósito que constitui o *benchmark* do FCT.

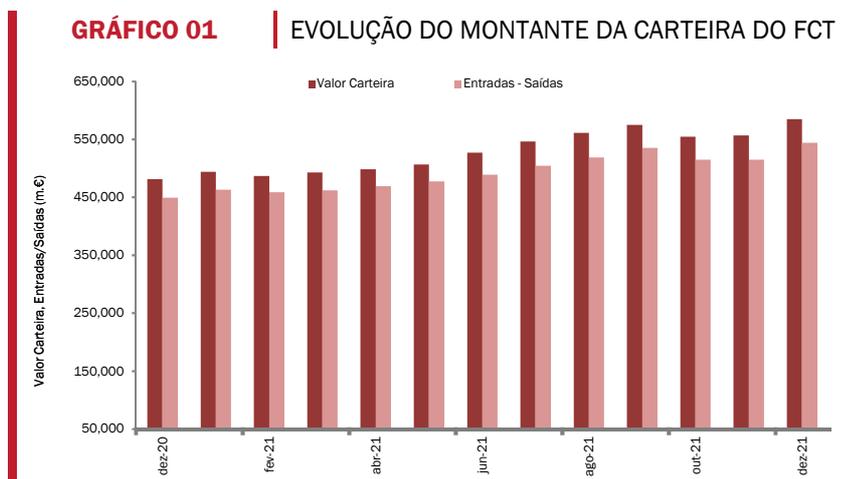
Utilizando um modelo de alocação *core-satélite*, entre o referido índice compósito e um *portfolio* diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio* real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo.

Durante o ano de 2021, o nível de indexação sofreu alguns algumas variações, sendo de 100% até 31.05.2021, alterado nessa data para 90% e diminuído para 80% em 31.08.2021. Em 30.11.2021, atendendo à alteração do *benchmark* acima mencionada, voltou a recolocar-se o nível de indexação em 90%.

# Evolução do FCT

## Entradas e Saídas

A carteira do FCT ascendeu, em 31.12.2021, a 584 903 742,92€. O montante médio da carteira em 2021 foi de 506 919 574,54€



O FCT foi criado com a publicação do respetivo Regulamento de Gestão, em outubro de 2013, com um montante inicial de subscrições de 114 777,54€. A média mensal de subscrições líquidas de reembolsos durante o ano de 2021 ascendeu a 7 913 204,51€, cifrando-se num total de 94 958 454,08€. Este valor, adicionado às subscrições líquidas relativas aos anos anteriores, totaliza o valor de 544 077 444,71€ desde a criação do fundo.

**TABELA 04** | SUBSCRIÇÕES LÍQUIDAS DE RESGATES

Data	Entradas - Saídas (€)	Valor Acumulado (€)
2013	470 023,13	470 023,13
2014	18 234 380,34	18 704 403,47
2015	35 788 206,61	54 492 610,08
2016	51 055 105,54	105 547 715,62
2017	63 614 124,95	169 161 840,57
2018	79 495 323,43	248 657 164,00
2019	89 568 755,44	338 225 919,44
2020	110 893 071,19	449 118 990,63
Jan-21	13 929 425,84	463 048 416,47
fev-21	- 4 523 857,78	458 524 558,69
mar-21	3 240 224,25	461 764 782,94
abr-21	7 188 863,07	468 953 646,01
mai-21	8 074 847,90	477 028 493,91
jun-21	11 564 766,23	488 593 260,14
jul-21	15 519 806,92	504 113 067,06
ago-21	14 408 381,37	518 521 448,43
set-21	16 771 708,88	535 293 157,31
out-21	- 20 687 379,69	514 605 777,62
nov-21	- 1 442,29	514 604 335,33
dez-21	29 473 109,38	544 077 444,71

A diferença entre o valor das entregas dos empregadores, líquidas dos reembolsos e devoluções que lhes foram pagos desde a criação do Fundo, e o valor da carteira no final de 2021 ascende, assim, a 40 826 298,21€. Este diferencial, a que corresponde uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 1,91%<sup>6</sup>, beneficiou da transferência de saldos excedentários do FGCT no valor de 24,3 milhões de euros<sup>7</sup>, realizadas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2021, acrescentar ao valor do FCT um montante superior a 40 milhões de euros.

## Estrutura da Carteira

Um pouco mais de metade do valor de carteira do FCT é constituído por liquidez: 55,34% em Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo. O restante valor é constituído, na sua grande parte por títulos de Dívida Pública (países da OCDE exceto Portugal): 35,61%. De referir ainda que 9,05% da carteira está afeta ao grupo Ações (por via de ETFs).

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2021, era a seguinte:

**TABELA 05** | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FCT

Ativo	Valor (€)	%
Dívida OCDE Ex-DP Portuguesa	208 291 461,47	35,61%
Ações	52 916 643,77	9,05%
Liquidez	323 695 637,68	55,34%
Liquidez (sem Provisões Diversas)	324 277 733,91	55,44%
Provisões Diversas	-582 096,23	-0,10%

## Cumprimento dos Limites Regulamentares

Os limites regulamentares estão descritos nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento n.º 390-B/2013, de 11 de outubro, alterado pelo Conselho de Gestão do FCT com efeitos a 27.06.2017 (Aviso n.º 7138/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho).

A tabela seguinte evidencia o cumprimento daqueles limites regulamentares:

<sup>6</sup> Taxa de rentabilidade de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período.

<sup>7</sup> 2016 – 600 000,00€; 2017 – 2 843 459,13€; 2018 – 3 742 049,63€; 2019 – 4 858 535,91€; 2020 – 5 808 293,21€; 2021 – 6 488 692,16€.

**TABELA 06** | COMPLIANCE (REGULAMENTO 390-B/2013 E AVISO N.º 7138/2017)

Descrição	Valor Atual (V.Merc e Juro)	Mínimo	Máximo
Liquidez	56,25%		
<i>Liquidez (sem Provisões Diversas)</i>	56,35%	30,00%	100,00%
<i>Provisões Diversas</i>	-0,10%		
Dívida Privada	0,00%	0,00%	20,00%
Ações	9,05%	0,00%	15,00%
Fundos de Investimento Mistos	0,00%	0,00%	10,00%
Ativos não denominados em euros	7,07%	0,00%	10,00%

A diferença verificada na percentagem da carteira do grupo *Liquidez*, que se observa entre as duas anteriores tabelas (tabelas 5 e 6) prende-se com o facto de na Tabela 5 – Estrutura da Carteira FCT, o grupo *Liquidez* estar deduzido do valor nocional de Futuros.

A tabela abaixo dá conta da exposição às várias entidades financeiras:

**TABELA 07** | EXPOSIÇÃO A ENTIDADES FINANCEIRAS

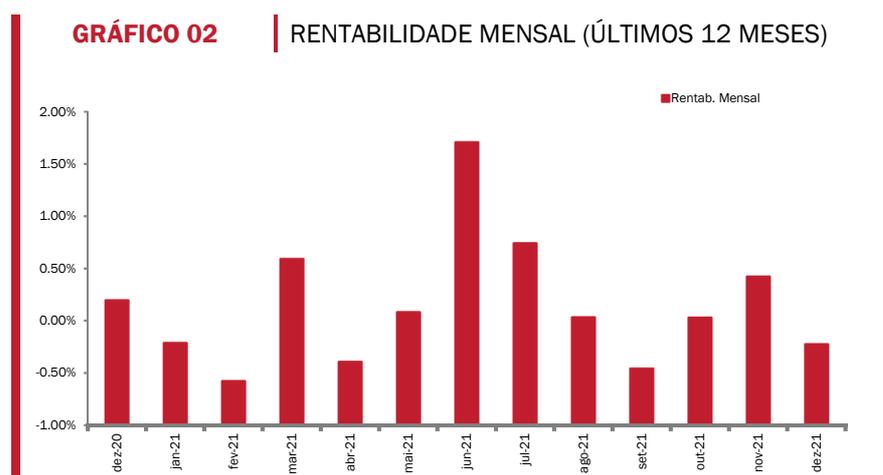
Banco (*)	Reg. Gestão FCT – Art. 5.º, 7.º al. a), b) e c) <small>Localização no espaço económico europeu ou num país da OCDE pertencente ao Grupo dos 10 ou notação mínima de risco BBB-/Baa3</small>	Exposição
Bankinter	Cumpr	115 216 640,70 €
Banco Santander Totta	Cumpr	107 612 974,58 €
Novo Banco	Cumpr	93 674 984,93 €
Barclays Bank	Cumpr	10 002 743,63 €
BNP	Cumpr	3 155 109,61 €
<b>Total</b>		<b>329 662 453,45 €</b>

## Rentabilidade e Risco

Em 2021, o FCT obteve uma rentabilidade de 1,76%, para um nível de risco, medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade, de 2,10%.

**TABELA 08** | RENTABILIDADE & RISCO

	Valor de Mercado (€)	Peso (% FCT)	Rentabilidade (Últ. 12 meses)			Risco		Tracking Error
			FCT	Benchmark	Excess Return	Volatilidade Anualizada		
						FCT	Benchmark	
Total Global	584 903 742,92	100,00%	1,76%			2,10%		
Total c/ Benchmark	584 903 742,92	100,00%	1,76%	0,38%	1,37%	2,10%	1,23%	1,50%



A performance dos investimentos do FCT foi medida contra um índice de aferição específico: *Benchmark* – mix de EONIA e índice de Dívida governamental da Alemanha (1-3 anos) até 31.10.2017. A partir de 01.11.2017, devido à adoção de uma estratégia de investimento para a carteira diferente: o *benchmark* passou a ser – mix de EONIA e índice de Dívida governamental da Alemanha (1-10 anos).

A partir de 31.05.2019, o *benchmark* passou a incorporar índices de ações contemplando assim os investimentos neste tipo de ativos.

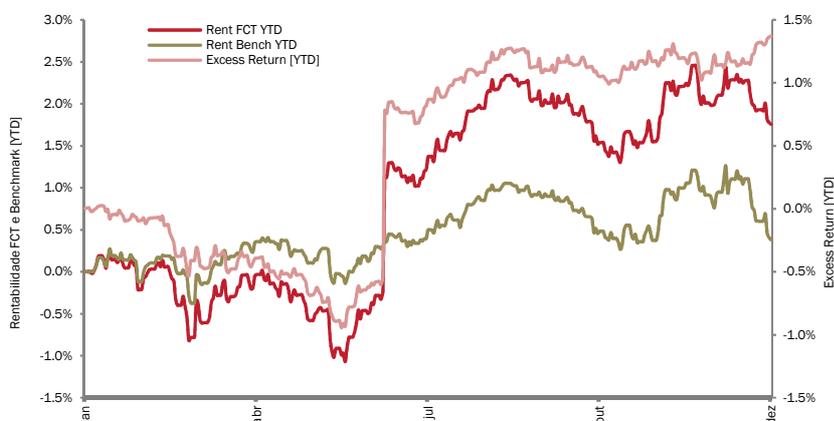
Em 30.11.2021, substitui-se o índice de Dívida Governamental da Alemanha (1-10 anos) pelo índice de Governos Zona Euro (superior a 1 ano)<sup>8</sup>.

Em 2021, o FCT obteve uma rentabilidade adicional em relação ao respetivo *benchmark* (*excess return*) de 1,37% (137 pontos base).

O sinal positivo do *excess return* verificado no final de 2021 foi observável no segundo semestre. Depois de ter registados valores negativos nos primeiros seis meses do ano, este indicador inicia uma recuperação no segundo semestre. A entrada de 6 488 692,16€, proveniente do FGCT, registada em 9 junho, permitiu um impulso de -0,60% para valores acima dos 1%. A partir daqui a tendência de crescimento foi constante até ao final do ano, invertendo a tendência que vinha sendo observada antes de 9 de junho. Constata-se que, corrigindo o *excess return* por esta entrada, este se situaria, ainda assim, em valores positivos de 9 p.b.

<sup>8</sup> Além da necessária substituição da EONIA pela €STR.

**GRÁFICO 03** | VALORIZAÇÃO DO FCT VS BENCHMARK



## Funding Ratio

O gráfico seguinte compara, desde 30.11.2013, a performance do Fundo com a performance do índice de aferição específico (*benchmark*). Como se pode verificar, nota-se que em 2021 o FCT acentuou a tendência positiva que já se tinha revelado em períodos anteriores, terminando o ano com um *funding ratio* de 114,62%, valor máximo observado desde que esta variável é calculada.

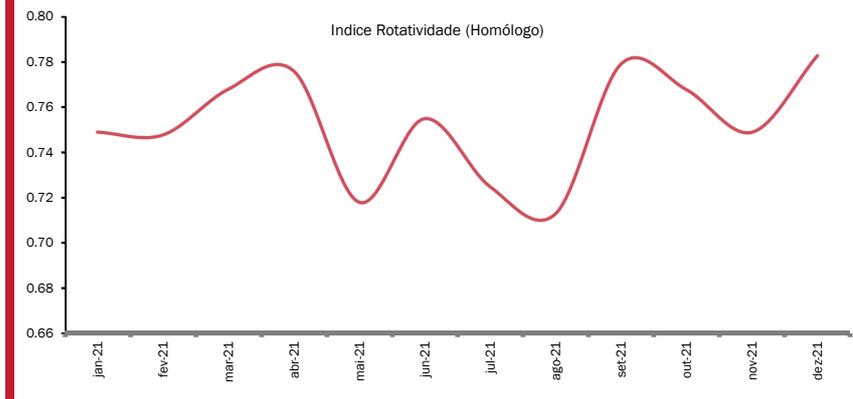
**GRÁFICO 04** | FUNDING RATIO



## Rotação da Carteira

O índice de rotação da carteira do FCT em 2021 situou-se nos 0,78. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 0,78 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo do ano.

**GRÁFICO 05** | ROTAÇÃO DA CARTEIRA



# Fundo de Compensação do Trabalho

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS**

FCT

BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2021 E 2020

Ativo							Capital e Passivo			
Código	Designação	2021				2020	Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	Mv / P	Líquido	Líquido			2021	2020
	<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>						<b>CAPITAL</b>			
21	OBRIGAÇÕES	214 046 908,90	97 387,88	7 369 444,73	20 6774 852,05	150 214 234,15	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	584 571 170,91	480 760 910,60
22	AÇÕES	38 435 587,18	9 546 632,07	399 993,90	47 582 225,35	35 928 755,70	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	32 417 223,55	21 029 587,16
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS						66	Resultado Líquido do Exercício	9 127 604,61	11 387 636,39
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA							TOTAL DO CAPITAL OIC	626 115 999,07	513 178 134,15
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	252 482 496,08	9 644 019,95	7 769 438,63	254 357 077,40	186 142 989,85				
	<b>OUTROS ATIVOS</b>						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	Provisões para Encargos		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	0,00
	<b>TERCEIROS</b>							<b>TERCEIROS</b>		
411+...+ 418	Contas de Devedores	44 834 526,62			44 834 526,62	35 593 603,55	421	Resgates a Pagar aos Participantes		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	44 834 526,62	0,00	0,00	44 834 526,62	35 593 603,55	422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	<b>DISPONIBILIDADES</b>						423	Comissões a Pagar	4 932,66	3 334,07
11	CAIXA						424+...+429	Outras Contas de Credores	3 639 191,36	3 397 503,48
12	DEPÓSITOS À ORDEM	244 022 232,93			244 022 232,93	203 338 817,63	43+12	Empréstimos obtidos	0,00	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	85 600 000,00			85 600 000,00	90 600 000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	3 644 124,02	3 400 837,55
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO									
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS									
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	329 622 232,93	0,00	0,00	329 622 232,93	293 938 817,63				
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>							<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	1 528 382,37			1 528 382,37	1 645 497,10	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	582 096,23	741 949,77
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO						56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS				0,00	13,34	59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	1 528 382,37	0,00	0,00	1 528 382,37	1 645 510,44		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	582 096,23	741 949,77
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	628 467 638,00	9 644 019,95	7 769 438,63	630 342 219,32	517 320 921,47		<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>	630 342 219,32	517 320 921,47
	Número total de unidades de participação em circulação:				501 909 329,61507	420 017 750,78995		Valor unitário da unidade de participação	1,16535	1,14513

Custos e Perdas		Período		Proveitos e Ganhos		Período	
Código	Designação	2021	2020	Código	Designação	2021	2020
	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E GANHOS EQUIPARADOS		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 482 235,31	3 619 227,05
719	De Operações Extrapatrimoniais	3 271 470,51	7 167 366,18	811+814+817+818	Outros, de Operações Correntes	59 871,62	100 262,15
	COMISSÕES E TAXAS			819	De operações extrapatrimoniais	3 860 260,82	7 162 543,24
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	14 267,06	6 449,16		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	101 593,57	79 112,53	822+...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	744 554,89	552 148,19
729	De Operações Extrapatrimoniais	2 145,35	2 151,79	829	De operações extrapatrimoniais		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	10 216 651,26	3 325 792,00	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 951 891,28	5 209 993,39
731+738	Outras, de Operações Correntes	91 757,11	226 178,83	831+838	Outros, em Operações Correntes	259 427,88	90 070,45
739	Em Operações Extrapatrimoniais	59 996,00	35 166,94	839	Em Operações Extrapatrimoniais	53 124,06	44 783,33
	IMPOSTOS				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	53 037,53	45 436,42	851	Provisões para encargos		
7412+7422	Impostos Indiretos	8,20	13,76				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO			86 + 87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	387 566,33	408 769,65
751	Provisões para Encargos						
77 + 79	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	349 093,15	720 786,66				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	14 160 019,74	11 608 454,27		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	16 798 932,19	17 187 797,45
	<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	0,00	0,00
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	6 488 692,16	5 808 293,21
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	6 488 692,16	5 808 293,21
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO						
66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se &gt; 0)</b>	9 127 604,61	11 387 636,39	66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se &lt; 0)</b>		
	<b>TOTAL</b>	<b>23 287 624,35</b>	<b>22 996 090,66</b>		<b>TOTAL</b>	<b>23 287 624,35</b>	<b>22 996 090,66</b>
(8 x 2/3/4/5) - (7 x 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos			D-C	Resultados Eventuais		
8 x 9 - x 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B + D - A - C + 74	Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento		
B - A	Resultados Correntes	2 638 912,45	5 579 343,18	B + D - A - C + 7411/8 + 7421/8	Resultado Líquido do Período	9 127 604,61	11 387 636,39

**FCT** | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos Fluxos	Período			
	2021		2020	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>				
RECEBIMENTOS:				
Subscrição de unidades de participação	182 607 666,47		162 573 947,47	
...		182 607 666,47		162 573 947,47
PAGAMENTOS:				
Resgates de unidades de participação	87 645 056,30		51 680 876,28	
Rendimentos pagos aos participantes				
...		87 645 056,30		51 680 876,28
<b>Fluxo das operações sobre as unidades de participação</b>		<b>94 962 610,17</b>		<b>110 893 071,19</b>
<b>OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Venda de títulos e outros ativos	328 813 356,60		143 686 482,73	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	829 505,37		665 265,32	
Juros e proveitos similares recebidos	3 468 601,50		3 675 987,90	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Outros recebimentos relacionados com a carteira		333 111 463,47		148 027 735,95
PAGAMENTOS:				
Compra de títulos e outros ativos	399 322 558,13		192 524 060,34	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Juros e custos similares pagos				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Comissões de bolsa suportadas	9 440,25		4 120,50	
Comissões de corretagem				
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira		399 331 998,38		192 528 180,84
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>(66 220 534,91)</b>		<b>(44 500 444,89)</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	26 726 827,50		17 283 610,07	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	3 859 793,59		7 162 155,25	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		30 586 621,09		24 445 765,32
PAGAMENTOS:				
Juros e proveitos similares pagos				
Operações cambiais	26 629 835,26		17 435 846,49	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	3 273 324,85		7 169 140,19	
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		29 903 160,11		24 604 986,68
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>683 460,98</b>		<b>(159 221,36)</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:				
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	79 081,60		123 496,05	
Juros de certificados de depósito				
Comissões em operações de empréstimos de títulos				
...				
Outros recebimentos correntes	230 059,50	309 141,10	242 037,00	365 533,05
PAGAMENTOS:				
Comissão de gestão	46 811,99		37 304,71	
Comissão de depósito	42 087,20		29 362,64	
Comissão de garantia				
Despesas com crédito vencido				
Juros devedores de depósitos bancários				
Compras com acordo de revenda				
Impostos e taxas				
...				
Outros pagamentos correntes	510 222,19	599 121,38	956 116,02	1 022 783,37
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(289 980,28)</b>		<b>(657 250,32)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:				
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores				
Recuperação de incobráveis				
...				
Outros recebimentos de operações eventuais	6 488 692,16	6 488 692,16	5 808 293,21	5 808 293,21
PAGAMENTOS:				
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a exercícios anteriores				
...				
Outros pagamentos de operações eventuais		4 156,09		0,00
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>6 484 536,07</b>		<b>5 808 293,21</b>
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		35 620 092,03		71 384 447,83
Ajustamentos cambiais		63 323,27		25 520,20
Disponibilidades no início do período... (B)		293 938 817,63		222 528 849,60
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		329 622 232,93		293 938 817,63

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Introdução

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, estabeleceu os regimes jurídicos do FCT, do Mecanismo Equivalente (ME) e FGCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras, que visa garantir aos trabalhadores o pagamento até metade do montante da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho.

Não obstante a possibilidade de opção pelo ME em detrimento do FCT, a adesão ao regime é obrigatória e aplica-se a todos os trabalhadores, objeto de contratação a partir de 1 de outubro de 2013.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídos do âmbito da aplicação da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho de duração igual ou inferior a 60 dias.

Atendendo a que durante o ano de 2021 não foi criado qualquer ME, todos os contratos de trabalho inseridos pelos empregadores durante o ano ficaram associados ao FCT.

O FCT constitui um património autónomo dotado de personalidade jurídica e não integra o perímetro de consolidação ou o orçamento da Segurança Social.

O FCT está registado no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito público.

A gestão financeira do fundo, a cargo de uma entidade gestora, o IGFCSS e do Conselho de Gestão, presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do IGFCSS, rege-se pelas regras previstas no regulamento de gestão e no regulamento interno.

Os registos contabilísticos do FCT são mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As Demonstrações Financeiras e respetivas notas anexas, têm por referência, as regras previstas no mesmo Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para os organismos de investimento coletivo.

## Notas às Contas

### Nota 1 – Capital do FCT

O capital do fundo é constituído por unidades de participação desmaterializadas com um valor inicial de 1€, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

O valor de subscrição corresponde ao valor das entregas mensais dos empregadores nos termos da lei, isto é, corresponde a 0,925% da retribuição base e diuturnidades de cada trabalhador abrangido, referente a 12 retribuições anuais.

O valor de resgate das unidades de participação é calculado com referência ao valor do capital do FCT por unidade de participação.

O cálculo do valor da unidade de participação é efetuado, dividindo o valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação e ocorre às sextas-feiras ou dia útil seguinte.

Durante o exercício de 2021, ocorreram os seguintes movimentos no capital do fundo:

Descrição	No Início (31.12.2020)	Subscrições	Resgastes	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	No Fim
Capital realizado							
Valor base	449 119 895,05	182 607 998,78	87 649 212,39				544 078 681,44
Diferença p/ Valor Base							
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	21 029 587,16				11 387 636,39		32 417 223,55
Resultados do período	11 387 636,39				(11 387 636,39)	9 127 604,61	9 127 604,61
SOMA	481 537 118,60	182 607 998,78	87 649 212,39		0,00	9 127 604,61	585 623 509,60
Nº de unidades participação	420 017 750,78995						501 909 329,61507
Valor unidade participação	1,14513						1,16535
Capital subscrito não realizado							
Valor base	31 641 015,55	8 851 473,92					40 492 489,47
SOMA	31 641 015,55	8 851 473,92	0,00		0,00	0,00	40 492 489,47
<b>Total Capital</b>	<b>513 178 134,15</b>	<b>191 459 472,70</b>	<b>87 649 212,39</b>			<b>9 127 604,61</b>	<b>626 115 999,07</b>

O quadro abaixo apresenta o valor líquido global do FCT e de cada unidade de participação e ainda o número de unidades de participação em circulação.

	VLGF	Valor da UP	N.º de UP's em Circulação
<b>2021</b>			
Mar	492 766 031,27	1,14301	431 110 003,63181
Jun	526 712 825,98	1,15892	454 484 688,70259
Set	574 918 404,24	1,16263	494 494 346,72637
Dez	584 903 742,92	1,16535	501 909 329,61507
<b>2020</b>			
Mar	375 190 150,49	1,09958	341 209 692,93230
Jun	405 026 095,10	1,11225	364 148 449,37697
Set	439 117 016,35	1,13328	387 471 318,61866
Dez	480 975 191,07	1,14513	420 017 750,78995
<b>2019</b>			
Mar	279 149 814,96	1,07903	258 703 366,97215
Jun	304 694 468,28	1,08869	279 872 155,38215
Set	336 960 396,56	1,11865	301 219 092,99159
Dez	358 861 216,20	1,11672	321 352 750,11544
<b>2018</b>			
Mar	191 068 656,18	1,05429	181 229 116,53923
Jun	211 399 659,62	1,05266	200 823 738,47687
Set	232 642 262,50	1,05231	221 076 407,03248
Dez	255 481 288,46	1,06637	239 578 668,18545
<b>2017</b>			
Mar	120 022 507,61	1,02972	116 558 137,19936
Jun	139 000 333,29	1,05282	132 025 926,84464
Set	156 367 250,10	1,05395	148 362 573,47586
Dez	172 643 229,21	1,05195	164 116 240,22366
<b>2016</b>			
Mar	65 166 046,40	1,02340	63 675 728,99777
Jun	78 635 377,11	1,02546	76 682 606,97878
Set	92 507 082,81	1,02738	90 041 003,36746
Dez	106 286 936,61	1,02971	103 219 292,11064
<b>2015</b>			
Mar	25 544 058,71	1,02509	24 918 629,81020
Jun	34 412 115,00	1,02276	33 646 235,85153
Set	43 846 125,85	1,02154	42 921 315,53512
Dez	54 818 275,82	1,02527	53 466 759,42624
<b>2014</b>			
Mar	2 750 783,94	1,00441	2 738 688,18776
Jun	6 596 179,11	1,009005768	6 537 305,65341
Set	10 398 824,67	1,013120351	10 264 155,34559
Dez	19 974 013,97	1,01561	18 520 757,40251
<b>2013</b>			
Mar			
Jun			
Set			
Dez	624 671,44	1,00036	469 941,43498

## Nota 2 – Transações, Subscrições e Resgates

Durante o ano de 2021 as transações na carteira de ativos do FCT decompõem-se da seguinte forma:

TRANSAÇÕES	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora de Mercado	Mercado	Fora de Mercado	Mercado	Fora de Mercado
Dívida Pública	219 782 089,70		154 736 145,11		374 518 234,81	
Fundos Públicos e Equiparados						
Obrigações Diversas						
Ações	11 920 486,24		7 877 211,49		19 797 697,73	
Títulos de Participação						
Direitos						
Unidades de Participação						
Outros Ativos						
Contratos de futuros (a)	35 281 688,41		32 723 340,96		68 005 029,37	
Contratos de Opções (b)						

(a) Pelo preço de referência

(b) Valor dos prémios

Ao longo do exercício verificaram-se operações de subscrição e resgate no fundo nos valores que constam da tabela abaixo:

SUBSCRIÇÕES E RESGATES	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	182 607 998,78	
Resgates	87 649 212,39	

Obs. O FCT não cobra comissões de subscrição e resgate

## Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

A 31.12.2021 a carteira de títulos do FCT era constituída da seguinte forma:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vallas	Menos Vallas	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>Mercado de Bolsa Nacional</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>O.M.Regulamentados nacionais</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Membros UE</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações	15 828 181,09	3 693 815,03	14 864,25	19 507 131,87		19 507 131,87
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
- Títulos dívida Pública	214 046 908,90	97 387,88	7 369 444,73	206 774 852,05	1 516 609,37	208 291 461,42
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações	22 607 406,09	5 852 817,04	385 129,65	28 075 093,48		28 075 093,48
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>O.M.Regulamentados E. Não Membro</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado nacional</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado estrangeiro</i>						
- Títulos dívida Pública				0,00		0,00
- Out.Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
- Obrigações diversas				0,00		0,00
- Ações				0,00		0,00
- Títulos de participação				0,00		0,00
- U.P.				0,00		0,00
- Direitos				0,00		0,00
<b>4. OUTROS ATIVOS</b>						
- Depósitos à Ordem	243 943 930,51	82 172,12	3 869,70	244 022 232,93	665,39	244 022 898,32
- Depósitos a Prazo	85 600 000,00			85 600 000,00	11 107,61	85 611 107,61
<b>TOTAL</b>	<b>582 026 426,59</b>	<b>9 726 192,07</b>	<b>7 773 308,33</b>	<b>583 979 310,33</b>	<b>1 528 382,37</b>	<b>585 507 692,70</b>

As disponibilidades do FCT registaram, durante o exercício de 2021, os seguintes movimentos:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Caixa				0,00
Depósitos à ordem	203 338 817,63			244 022 898,32
Depósitos a prazo e com pré-aviso	90 600 000,00	166 200 000,00	171 200 000,00	85 600 000,00
Certificados de depósito				0,00
Outras contas de disponibilidades				0,00
<b>TOTAL</b>	<b>293 938 817,63</b>	<b>166 200 000,00</b>	<b>171 200 000,00</b>	<b>329 622 898,32</b>

#### Nota 4 – Políticas Contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os seguintes critérios contabilísticos:

##### Especialização do exercício

Os ganhos e as perdas do FCT são reconhecidos no momento em que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

##### Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação ao valor de aquisição e valorizadas ao justo valor.

O critério adotado para o apuramento do custo dos títulos vendidos é o do custo médio.

Para a avaliação dos ativos cotados é utilizado o preço de fecho, ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação.

No caso dos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mais de uma bolsa de valores ou mercado regulamentado, o valor a considerar deve refletir os preços praticados no mercado principal conforme publicado na agência de informação financeira Bloomberg.

Na avaliação dos ativos expressos em moeda diferente do euro, serão aplicadas taxas de câmbio indicativas das 16:00 horas (hora de Londres) fornecidas diariamente pela agência de informação financeira Bloomberg.

Para as transações efetuadas em mercados estrangeiros com horários diferenciados, consideram-se todas as transações concretizadas até ao final do dia a que a avaliação diz respeito.

Tratando-se de ativos representativos da dívida não cotados, admitidos à negociação num mercado regulamentado, podem ainda ser considerados para efeitos de avaliação, caso os preços

praticados em mercado não sejam considerados representativos, critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas pelas entidades especializadas que não se encontrem em domínio ou de grupo com a entidade gestora, nos termos dos artigos n.º 20 e n.º 21 do Código de Valores Mobiliários. Na impossibilidade de aplicação dos referidos critérios, a entidade gestora recorrerá a modelos de avaliação reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se de que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

As mais e menos valias são reconhecidas na demonstração de resultados em 'Ganhos ou Perdas em operações financeiras', por contrapartida das contas 'Mais e Menos valias' do ativo.

O apuramento do juro corrido é feito diariamente e reconhecido na demonstração de resultados na conta 'Juros e proveitos equiparados', por contrapartida de 'Acréscimo de proveitos'.

#### Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor global do capital do fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O cálculo do valor das unidades de participação é efetuado todas as sextas feiras ou dia útil seguinte.

#### Comissão de gestão

A comissão de gestão, imputada em base diária na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de contas do balanço representa o pagamento à entidade gestora do FCT, o IGFCCS, pelos serviços de gestão prestados ao fundo.

O valor a pagar será correspondente à proporção do peso do FCT, no total de fundos geridos pela entidade gestora e não pode ultrapassar 25% dos rendimentos do fundo.

#### Comissão de depósito/custódia

A comissão de depósito representa a remuneração do banco depositário por serviços prestados e é imputada diariamente na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de 'Comissões a pagar'.

#### Impostos

Nos termos do n.º1 do artigo 57.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, o FCT é equiparado aos fundos de capitalização administrados por instituições da segurança social, portanto isento de IRC, conforme o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Código do imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

## Nota 5 – Componentes do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2021, era a seguinte a composição dos resultados do FCT, no que respeita aos proveitos:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos		
<b>OPERAÇÕES "À VISTA"</b>							
Ações	7 020 802,32	906 930,67	7 927 732,99			744 554,89	744 554,89
Obrigações	1 198,50	22 959,79	24 158,29	99 735,47	3 382 499,84		3 482 235,31
Títulos de participação			0,00				0,00
Unidades de participação			0,00				0,00
Inst. De dívida de c/ prazo			0,00				0,00
Outros ativos			0,00				0,00
Depósitos	259 427,88		259 427,88	48 098,62	11 773,00		59 871,62
<b>OPERAÇÕES A PRAZO (1)</b>							
Cambiais							
Forwards		53 124,06	53 124,06				0,00
Swaps			0,00				0,00
...							
Taxa de Juro							
FRA			0,00				0,00
Swaps			0,00				0,00
Futuros			0,00				
Opções			0,00				
Cotações							
Futuros		3 860 260,82	3 860 260,82				
Opções			0,00				
...							
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>							
Oper. de Reporte							0,00
Op. De Empréstimo			0,00				
...							

(1) Inclui eventuais remunerações de margens

Já na componente de custos, naquela data, a composição dos resultados do FCT era conforme consta da tabela seguinte:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos e Comissões	Juros Corridos	
<b>OPERAÇÕES "À VISTA"</b>						
Ações	316 151,01	191,31	316 342,32			
Obrigações	7 608 280,52	2 292 028,42	9 900 308,94			
Títulos de participação			0,00			
Unidades de participação			0,00			
Outros ativos			0,00			
Depósitos	91 757,11		91 757,11			
<b>OPERAÇÕES A PRAZO</b>						
Cambiais						
Forwards		59 996,00	59 996,00			0,00
Swaps			0,00			0,00
...						
Taxa de Juro						
FRA			0,00			0,00
Swaps			0,00			0,00
Futuros		3 271 470,51	3 271 470,51			
Opções			0,00			
Cotações						
Futuros			0,00			
Opções			0,00			
...						
<b>COMISSÕES</b>						
De Gestão				56 987,01		56 987,01
De Depósito				43 163,04		43 163,04
Da carteira de Títulos				14 267,06		14 267,06
De Op. Extrapatrimoniais				2 145,35		2 145,35
Outras comissões				1 443,52		1 443,52
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Oper. de Reporte						0,00
Op. De Empréstimo			0,00			0,00
...						

## Nota 9 – Impostos e Taxas

Os impostos suportados pelo fundo durante o exercício de 2021 apresentam-se discriminados no quadro que se segue:

Código das Contas	Designação	Impostos 31.12.2021	Impostos 31.12.2020
74122	Imposto de selo	8,20	13,76
74212	Imposto sobre dividendos	53 037,53	45 436,42
	TOTAL	53 045,73	45 450,18

A rubrica ‘Impostos sobre dividendos’ refere-se a imposto retido nos países de origem, suportado nos dividendos recebidos de ações estrangeiras, após aplicação dos acordos de dupla tributação.

## Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

O quadro que se apresenta de seguida evidencia as posições cambiais em aberto nas diversas moedas, à data de 31 de dezembro de 2021:

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global (1)
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
GBP	2 734 291,10	213 680,00				213 680,00	2 947 971,10
USD	366 377,52	11 500,00				11 500,00	377 877,52
CHF	143 669,24	14 097,60				14 097,60	157 766,84
JPY	26 079 225,00	1 620 000,00				1 620 000,00	27 699 225,00
Contravalor Euro	3 916 933,01	290 614,24				290 614,24	4 207 547,25

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-).

(1) É constituída pela soma aritmética das posições cambiais à vista, a prazo e em opções.

## Cotações utilizadas na conversão para euros dos ativos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2021 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, obtidas no sistema de informação Bloomberg, para conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira:

- ✓ GBP = 0,839530
- ✓ USD = 1,137250
- ✓ CHF = 1,036150
- ✓ JPY = 130,930000

## Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Maturidades (1)	Montante em Carteira (A)	Extra - Patrimoniais (B)				Saldo (2) (A) +/- (B)
		FRA (3)	Swaps (IRS) (3)	Futuros (4)	Opções (5)	
de 0 a 1 ano						0,00
de 1 a 3 anos	44 353 922,19					44 353 922,19
de 3 a 5 anos	29 760 870,10					29 760 870,10
de 5 a 7 anos	27 870 906,74					27 870 906,74
mais de 7 anos	106 305 762,44					106 305 762,44

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-).

- (1) Todos os escalões de prazos devem ser entendidos como o prazo remanescente até ao vencimento. Engloba todos os ativos do património do fundo cujas operações subjacentes tinham como característica um cupão com taxa fixa.  
 (2) Representa o saldo dos ativos do património do fundo com sensibilidade às flutuações da taxa de juro, isto é, os ativos sem cobertura de risco por operações extrapatrimoniais, bem como a eventual exposição adicional decorrente da utilização de instrumentos derivados com esse propósito  
 (3) Pelo valor inscrito em contas extrapatrimoniais.  
 (4) Pelo valor de referência.  
 (5) Pelo delta da opção.

## Nota 13 – Exposição ao Risco de Cotação

Ações e Valores Similares	Montante	Extra - Patrimoniais		Saldo
		Futuros (1)	Opções (2)	
Ações	47 582 225,35			47 582 225,35
Warrants				

As posições compradas devem evidenciar (+) e as posições vendidas o sinal (-).

- (1) Pelo preço de referência  
 (2) Pelo delta da opção

## Nota 14 – Perdas Potenciais

	Perda Potencial no final do exercício	Perda Potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	8 016 188,64	3 293 548,55
Carteira com derivados	8 016 188,64	3 293 548,55

## Nota 15 – Custos

O quadro abaixo reflete a estrutura de custos suportados pelo FCT durante o exercício de 2021:

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão		
Componente Fixa	56 987,01	0,0112%
Componente Variável		
Comissão de Depósito	43 163,04	0,0085%
Taxa de Supervisão		
Custos de Auditoria	14 760,00	0,0029%
Outros Custos	387 378,88	0,0764%
<b>TOTAL</b>	<b>502 288,93</b>	
<b>TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)</b>		<b>0,0991%</b>

(1) Média relativa ao período de referência.

Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, o pagamento das entregas aos Fundos de Compensação é efetuado na rede multibanco ou por via eletrónica, através de *homebanking* (n.º 1), designadamente através da emissão de documento de pagamento, que contém a identificação da referência multibanco a utilizar pelos empregadores com vista à liquidação das suas responsabilidades (n.º 2).

De acordo com o estabelecido no n.º 7 do artigo 11.º do Regulamento de Gestão do FCT cabe ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) a coleta das entregas devidas pelos empregadores ao FCT, procedendo todas as quintas-feiras ou dia útil imediatamente anterior à transferência dos montantes cobrados. Idêntica disposição consta do Regulamento de Gestão do FGCT.

Para este efeito, o IGFSS celebrou os necessários protocolos com entidades bancárias no âmbito dos quais foram negociados os custos associados à emissão e utilização das referências multibanco.

Tendo em conta a dimensão dos custos com as cobranças das entregas ao FCT, foi proposta pela entidade gestora uma alteração ao Regulamento de Gestão do fundo no sentido de passar a constituir receita deste o valor das despesas administrativas cobradas aos empregadores por pagamento intempestivo das entregas, proposta que foi aprovada. O Regulamento de Gestão viria a ser alterado em 27.06.2017, afetando ao fundo a receita proveniente das despesas administrativas cobradas aos empregadores.

Para cobertura dos custos com a cobrança das entregas aos empregadores, foi constituída uma provisão que, a 31.12.2021, ascendia a 582 096,23€. Os custos de cobrança suportados pelo IGFSS por conta do FCT, acumulados àquela data, representavam 500 947,52€.

## Nota 16 – Nota Adicional – Terceiros

No final do exercício de 2021, a conta da classe 4 ‘Terceiros’ apresentava os saldos evidenciados na tabela abaixo.

DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2021	2020
4121	IGFSS valores a receber	354 062,82	91 442,82
4131	Empregador	42 669 924,64	34 027 026,69
4181	Operações em mercado		
41931	Dividendos		18 282,04
41932	Imposto a recuperar	33 413,02	17 776,14
4199111	Entidade gestora	1 777 126,14	1 439 075,86
4199121	FGCT		0,00
<b>41</b>	<b>Total de devedores</b>	<b>44 834 526,62</b>	<b>35 593 603,55</b>

DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2021	2020
423	Comissões a pagar	4 932,66	3 334,07
428	Operações de regularização de compra		
4131	Empregador	3 510 768,49	3 276 513,32
42991	Entidade gestora	128 422,87	118 247,85
42412	Dividendos		2 742,31
42992	Auditoria - Certificação legal contas		
<b>42</b>	<b>Total de credores</b>	<b>3 644 124,02</b>	<b>3 400 837,55</b>

O valor das entregas efetuadas pelos empregadores no cumprimento das obrigações que para eles decorrem da Lei 70/2013 é convertido unidades de participação e integra o capital do Fundo, sendo-lhes devolvido, acrescido de eventual valorização, mediante a cessação dos contratos de trabalho por conta dos quais tais entregas são efetuadas e pedido de reembolso do saldo das contas individuais associadas a esses contratos. A cessação dos contratos e o correspondente pedido de reembolso são efetuados pelos empregadores no sítio eletrónico dos fundos de compensação.

A 31.12.2021 estima-se a existência de um conjunto significativo contratos já cessados sem o correspondente pedido de reembolso.

A sua devolução às entidades empregadoras está, nos termos da Lei, dependente da concretização dos correspondentes pedidos de reembolso, não sendo imposto um prazo limite para o efeito. A lei prevê, de resto, que caso tal situação se prolongue por mais de 1 ano, o empregador seja notificado para realizar o correspondente pedido de reembolso num prazo máximo de 1 mês, findo o qual manterá como seu o capital acumulado, mas perderá o direito à valorização que a partir desse momento esse capital venha a gerar como resultado da atividade de investimento do fundo.

Por outro lado, as estimativas referentes aos contratos cessados e não reembolsados são fornecidos pelo repositório estatístico dos Fundos de Compensação (com referência a 31.12.2021, o valor constante deste repositório referente a contratos cessados e não reembolsados corresponde a 84,5 milhões de euros), não existindo no sistema informático de suporte nenhum mecanismo que possibilite a sinalização, identificação e registo daquelas contratos e que constitua base suficientemente fiável e rigorosa para a eventual relevação daqueles valores no passivo do fundo.

Estão atualmente em curso e em carteira vários desenvolvimentos a implementar no sistema informático, sendo o mecanismo de notificações um desses desenvolvimentos. É nossa convicção que a maioria dos casos de ausência de pedidos de reembolso relativos a contratos cessados se deve a mero desconhecimento, pelos empregadores, de que os valores entregues ao FCT lhes pertencem e que, uma notificação onde conste o valor de reembolso dos contratos cessados, conduzirá a uma diminuição muito significativa daquele valor.

## Eventos Subsequentes

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia assistiu-se a um acréscimo importante da volatilidade nos principais mercados acompanhados. A evolução dos mercados permanecerá, naturalmente, dependente do desenrolar dos acontecimentos estando o Instituto atento a potenciais impactos, principalmente de índole mais duradoura, no valor dos ativos que compõem as carteiras, de forma a poder assegurar a implementação atempada de medidas que proporcionem um adequado nível de proteção do valor dos patrimónios sob gestão.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, e na sequência das disposições regulamentares aplicáveis, o FCT não apresenta na sua carteira de investimentos títulos emitidos na Ucrânia ou Rússia.